GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

PS assume falhas no serviço de evacuações mas já está a agir para melhorar o serviço prestado aos Açorianos

"Interpelamos o Governo Regional sobre o nosso Serviço de Transporte Aéreo de Emergência Médica, em toda a sua amplitude e no que aos Açorianos mais interessa que é a resposta adequada e eficaz às suas necessidades emergentes em saúde", anunciou o deputado Dionisio Faria e Maia no arranque do debate promovido pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, na Sessão Plenária desta quarta-feira.

Sobre a polémica em torno das evacuações que envolveram doentes da Graciosa e de São Jorge, o deputado considerou que "muito se disse e escreveu sobre este incidente, muitos juízos ligeiros se fizeram, politizando-se rapidamente aquilo que deveria simplesmente conter matéria de decisão clínica e organizacional". No entanto, como fez questão de realçar, "em política não vale tudo", principalmente quando o que esteve em causa foi, como demonstrou o inquérito, "um conflito entre pares", "uma falha de comunicação e inoperância reconhecida pelos técnicos intervenientes" que é "passível de resolução pelo diálogo e assumo de liderança".

Também o deputado José San-Bento, interveio no debate para realçar que "temos um bom sistema, mas as circunstâncias do dia 2 de fevereiro de 2017, demonstram que a exceção confirma a regra - A regra é que o serviço é bom, o serviço deve ser motivo de orgulho e de confiança para os Açorianos -, mas não negamos que numa situação extraordinária foram expostas questões que têm que ser corrigidas e que são, e muito bem, abordadas no Despacho do Presidente do Governo dos Açores, que é uma base, de um contributo para que estas insuficiências sejam corrigidas e que se possa prevenir os problemas".

José San-Bento fez ainda questão de aplaudir os partidos que quiseram contribuir para melhorar o sistema, condenando, no entanto, a atitude do PSD que fez um "aproveitamento político inqualificável" do caso, demonstrando que é um partido "esgotado" e sem propostas concretas para melhorar a vida dos Açorianos.

Já o deputado Domingos Cunha fez questão de enquadrar, no âmbito do Código Deontológico da Ordem dos Médicos, as intervenções clinicas que ocorreram durante o processo, citando: "Se um médico considera que o diagnóstico, tratamento, ou qualquer decisão técnica de um colega é incorreta, tem a obrigação de lhe dar a conhecer, diretamente, a sua opinião e discutir com ele o assunto". O deputado socialista referiu ainda que o mesmo Código salvaguarda que, "sempre que um médico tiver ocasionalmente acesso a uma informação clínica de que discorde de forma relevante, e que tenha potenciais consequências para o doente, não se considera haver interferência, constituindo um dever ético, comunicar a sua opinião ao médico assistente do doente".

Horta, 17 de outubro de 2018.